



## O TRABALHO COM ENTREGAS VIA APLICATIVOS NO CONTEXTO PANDÊMICO: CONTRADIÇÕES ENTRE A NECESSÁRIA PERMANÊNCIA NAS RUAS E A CRUEL AUSÊNCIA DE PROTEÇÃO<sup>1</sup>

Mariana Covas Costa <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que volta seu olhar para a análise do trabalho dos entregadores via plataformas digitais no contexto metropolitano. Neste texto, buscamos analisar as contradições que permeiam tal atividade e sua intensificação em meio à pandemia de Covid-19. Para isso, realizamos um estudo bibliográfico, no qual buscamos compreender nossa temática de estudo a partir de autores fundamentados na teoria social crítica, e um levantamento de dados, cujas principais fontes foram os Boletins sobre o Mercado de Trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de outras pesquisas e relatórios desenvolvidos acerca do trabalho dos entregadores durante a pandemia. Pudemos perceber que houve uma ampliação das desigualdades e uma intensificação nos processos de precarização do trabalho. No que diz respeito aos entregadores vinculados às plataformas digitais, seus cotidianos foram marcados pelo recrudescimento da exploração de seu trabalho e pela ausência da garantia, por parte das empresas-aplicativos, de condições dignas para a proteção de suas vidas.

**Palavras-chave:** Entregadores por aplicativos, Covid-19, Precarização do trabalho.

### RESUMEN

El presente trabajo forma parte de una investigación de máster en desarrollo que dirige su mirada al análisis del trabajo de los repartidores a través de plataformas digitales en el contexto metropolitano. En este texto, pretendemos analizar las contradicciones que impregnan dicha actividad y su intensificación en medio de la pandemia de Covid-19. Para ello, realizamos un estudio bibliográfico, en el que buscamos comprender nuestro tema de estudio a partir de autores fundamentados en la teoría social crítica, y un relevamiento de datos, cuyas fuentes principales fueron los Boletins sobre o Mercado de Trabalho del Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), además de otras investigaciones e informes desarrollados sobre el trabajo de los repartidores durante la pandemia. Pudimos comprobar que se produjo un aumento de las desigualdades y una intensificación de los procesos de trabajo precario. En cuanto a los repartidores vinculados a las plataformas digitales, su día a día estuvo marcado por la intensificación de la explotación de su trabajo y por la ausencia de una garantía, por parte de las empresas/apps, de condiciones dignas que protejan sus vidas.

<sup>1</sup> Este artigo foi produzido no contexto do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado, que ainda está em andamento, que recebe financiamento, através de uma bolsa de mestrado, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, [marianacovas@id.uff.br](mailto:marianacovas@id.uff.br).



**Palabras clave:** Repartidores, Covid-19, Precarización del trabajo.

## INTRODUÇÃO

No momento da construção deste artigo, em novembro de 2021, a pandemia de Covid-19 se prolonga pelo seu 20º mês. Apesar de uma perspectiva de melhoria por conta do avanço da vacinação<sup>3</sup>, os quase dois anos de crise sanitária (que também é social, política e, sobretudo, humanitária) revelaram as faces mais brutais da reprodução da sociedade contemporânea e, no caso brasileiro, das consequências de um governo que negligenciou a ameaça viral e as medidas de proteção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que poderiam ter reduzido os tristes índices registrados pelo país<sup>4</sup>.

Os anos de 2020 e 2021 também foram marcados por recordes no desemprego<sup>5</sup> e pelo aumento da insegurança alimentar dentre as famílias brasileiras, de forma que, atualmente, mais de 50% da população não possui condições de manter uma alimentação adequada<sup>6</sup>. Estes últimos dados se refletem nas imagens de extrema pobreza e de fome que vêm sendo registradas ao redor do país.

A piora nas condições de vida de grande parte da população não é, porém, consequência apenas de um longo período pandêmico. Pelo contrário, como nos afirma Graça Druck (2021), “a crise do coronavírus sintetiza todos os limites do capitalismo globalizado e a perversidade neoliberal: uma política de destruição, inclusive da vida” (DRUCK, 2021, p.12). Nesse sentido, o recrudescimento global de uma agenda neoliberal nas últimas décadas, que se consolidou através da adoção de políticas econômicas voltadas para a redução dos direitos sociais, não poderia apresentar

---

<sup>3</sup> É importante destacar que a vacinação não avançou de forma homogênea em todo o território nacional. Pelo contrário, o mapa da vacinação tem revelado uma realidade de disparidades no que tange a cobertura vacinal entre as regiões do país. Enquanto o centro-sul apresenta índices avançados de aplicação dos imunizantes, a região norte apresenta os menores níveis de vacinação. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/10/03/com-atraso-no-norte-mapa-da-vacinacao-reflete-brasil-desigual.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.

<sup>4</sup> Até o dia 12 de novembro de 2021, o país registrou 610.491 vítimas fatais da Covid-19.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/dados-de-desemprego-ibge-30-de-junho/>. Acesso em 12 nov. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/13/Qual-o-quadro-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil-da-pandemia>. Acesso em 12 nov. 2021.



resultados diferentes dos que apresenta: a intensificação das disparidades de renda, a inovação nas formas de exploração e espoliação da classe trabalhadora, a formação de um enorme contingente de seres humanos desprovidos de condições dignas de reprodução da vida e o enriquecimento massivo do 1% mais privilegiado da sociedade<sup>7</sup>.

Em meio a este contexto, o avanço da globalização, da financeirização da economia e do processo de reestruturação territorial-produtiva provocaram intensas alterações nas dinâmicas sociais, em especial no que se refere à produção, ao trabalho e ao consumo. O advento de um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992) abriu espaço para a flexibilização dos contratos de trabalho e para o embaçamento do desemprego estrutural, através do crescimento e da generalização de trabalhos precários, temporários e sem garantias. Ludmila Abílio (2020) compreende que as recentes mudanças no mundo do trabalho, resultantes dos fenômenos já mencionados, provocam uma generalização de características centrais do mercado de trabalho no Sul global, como a precarização e a informalidade.

Nesse cenário, surge uma atividade que, atualmente, preenche a paisagem e o cotidiano das cidades em grande parte do mundo, revelando um novo hábito de consumo global: o trabalho dos entregadores de delivery via plataformas digitais que circulam pelas ruas das cidades — seu local de trabalho — com mochilas térmicas nas costas, enfrentando, diariamente, dificuldades relacionadas à mobilidade urbana e às violências cotidianas. No contexto brasileiro, para além do cansaço físico, o trabalho desses sujeitos se realiza em meio a cidades com infraestruturas precárias, com ausência de ciclovias e elevado risco de acidentes de trânsito.

Ademais, tais trabalhadores são submetidos diariamente a violências oriundas de um processo de urbanização construído a partir de bases coloniais e elitistas, com características racistas, patriarcais e heteronormativas, que atravessam o cotidiano e a presença de muitos deles nos espaços onde circulam, revelando mais uma dimensão do que significa o trabalho praticado entre ruas, shoppings, restaurantes, condomínios, residências, dentre outros possíveis locais de entrega. Durante a pandemia, tal atividade revela ainda mais contradições: se, por um lado, os trabalhadores precisam permanecer longas horas nas ruas aguardando oportunidades de realizarem entregas, praticam deslocamentos intensos e entram em contato com diversas pessoas diariamente, por

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/04/brasil-tem-19-milhoes-de-famintos-e-20-novos-bilionarios-durante-a-pandemia/>. Acesso em 12 nov. 2021



outro, não possuem nenhuma segurança e proteção, precisando arcar com todos os riscos e custos da intensa exposição, que ganha contornos mais dramáticos em um período de ameaça viral.

Voltando a pensar no Brasil pré-pandêmico, o estabelecimento de contrarreformas neoliberais, das quais destacamos a Reforma Trabalhista (2017), já anunciavam a legitimação estatal do desmonte das proteções sociais, atingindo, principalmente, as populações mais vulneráveis social e economicamente. Com apoio das leituras de Mészáros (2002), entendemos que o processo de precarização do trabalho (e da vida), engendrado pelo ataque aos direitos, consiste em uma resposta capitalista à crise estrutural deste modo de produção. Resposta esta que se reverbera em mais uma crise social generalizada, de caráter multidimensional, manifestada no cotidiano da sociedade a partir de uma série de deficiências em aspectos básicos para a reprodução da vida, tais como o direito à moradia, à alimentação balanceada, à educação, à saúde de qualidade, à assistência social e ao emprego. No que diz respeito a este último aspecto, a crise do emprego, Santos e colaboradores (2020) traçam uma reflexão acerca de seu aprofundamento decorrente da reforma trabalhista e dos impactos desta sobre a saúde do trabalhador, nos apontando que

Para o campo da Saúde do Trabalhador, a reforma trabalhista estabeleceu o cenário favorável à emergência de mais doenças e acidentes. É nessa conjuntura que chega a pandemia da COVID-19. Em meio à maior crise sanitária dos últimos cem anos, uma parcela de trabalhadoras(es) está em condições aviltantes de renda e moradia, entre outras adversidades do seu cotidiano, que implicam flagrante obstáculo às estratégias de contenção da pandemia e particularmente à opção do distanciamento social e da recomendação do “Fique em Casa” (SANTOS et al., 2020, p. 3).

Após uma breve contextualização do Estado neoliberal encontrado pelo vírus causador da Covid-19, é na perspectiva da precarização do trabalho que o texto em tela pretende se debruçar. Para tanto, trazemos como ângulo de observação e análise o trabalho e o cotidiano dos entregadores de *delivery* via aplicativos por entendermos que tal atividade expressa, no espaço urbano, as contradições fundamentais do capitalismo, que são acentuadas no contexto pandêmico.

Além disso, por se realizar nas ruas das cidades, tal atividade também nos revela alguns aspectos da urbanização atual e da forma pela qual o espaço está sendo apropriado pelo capitalismo de plataformas, responsável pela formação de um enorme contingente de trabalhadores altamente explorados. Destacamos aqui a escala da rua



pois, conforme Lefebvre (2002), a entendemos como um espaço fundamental do encontro e do conflito, da alienação e da (des)alienação, da dominação e da apropriação. Diante de uma pandemia, ela se torna um campo de iminente contágio, de forma que, no cotidiano dos entregadores neste período, a rua foi fonte de sustento e ameaça de contaminação.

Diante do exposto e a partir da compreensão de que é papel da geografia pensar a sociedade através do espaço, buscamos entender uma das faces latentes da crise social contemporânea, que se expressa e se realiza, cotidianamente, nas ruas das cidades. Nesse sentido, nosso objetivo aqui é desvendar algumas das contradições inerentes ao trabalho dos entregadores, que ganham novos contornos durante a pandemia. Para isso, realizamos um estudo bibliográfico e um levantamento de dados, além de termos buscado informações mais recentes em notícias veiculadas através de jornais eletrônicos e em materiais audiovisuais produzidos sobre a temática e disponíveis no *Youtube*.

## **METODOLOGIA**

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, que tem como objetivo identificar as práticas espaciais que constituem o cotidiano dos entregadores de *delivery* via aplicativos da cidade do Rio de Janeiro e a forma com a qual tais sujeitos experienciam a cidade, identificando as contradições que se traduzem no processo de produção do espaço urbano.

A pesquisa bibliográfica realizada até o presente momento nos dotou de uma base teórico-conceitual que contribui para a teorização do objeto de pesquisa. Realizamos um levantamento de dados e estudo da literatura já publicada acerca do tema pesquisado, bem como dos conceitos, categorias e noções nas quais buscamos nos alicerçar. Iniciamos tal estudo a partir das publicações mais recentes que abordam a morfologia do trabalho no âmbito do capitalismo de plataforma e, em paralelo, aprofundamos nossa leitura acerca da reprodução das relações sociais de produção e da produção social do espaço.

Para a produção deste artigo, voltamos nosso olhar para as contradições que emergem e se acentuam no contexto da pandemia, pensando em escala nacional. Dessa forma, buscamos nos fundamentar em dados oficiais provenientes de relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de pesquisas que estão sendo



desenvolvidas em universidades brasileiras, das quais nossas principais fontes foram o *Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil*, desenvolvido pelo Projeto Caminhos do Trabalho, da Universidade Federal da Bahia, e o artigo *Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19* (ABÍLIO et al., 2020), produzido pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR).

Além disso, nos debruçamos, também, na apreciação de materiais audiovisuais, produzidos entre 2020 e 2021, que retratam o cotidiano dos entregadores através de entrevistas e relatos de experiências. Na impossibilidade de realização de um trabalho de campo até o momento, tais documentos nos auxiliaram no contato com as experiências de cidade dos entregadores<sup>8</sup>. Dentre esses materiais destacamos o documentário “Trajetos e trajetórias invisíveis na cidade”<sup>9</sup>, produzido por Letícia Pessoa Masson e Simone Santos Oliveira, no âmbito de um projeto de interinstitucional que contou com a participação de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). O curta nos apresenta diálogos com entregadores e motoristas por aplicativos que refletem um pouco sobre seu cotidiano de trabalho na cidade do Rio de Janeiro.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O ponto de partida de nossa pesquisa é o entendimento de que as transformações no mundo do trabalho vivenciadas nas últimas décadas e, sobretudo, nos últimos anos, consistem em um processo de reprodução de relações capitalistas de produção (LEFEBVRE, 1974), mas com elementos informacionais capazes de ampliar as dinâmicas de exploração. Dessa forma, a investigação do cotidiano e das experiências de cidade dos entregadores via plataformas digitais durante a pandemia se fundamenta em leituras que apontam para a centralidade do trabalho no modo de produção capitalista. Nesse sentido, partimos das categorias marxistas de trabalho alienado e

---

<sup>8</sup> Consideramos que o contato e a escuta dos sujeitos da pesquisa é imprescindível para o desenvolvimento da mesma. Dessa forma, estamos nos programando para a realização de trabalhos de campo e entrevistas, que serão as próximas etapas do desenvolvimento da pesquisa de mestrado em curso.

<sup>9</sup> Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=mKoCf338F5c&ab\\_channel=VideoSa%C3%BAdeDistribuidoradaFiocruz](https://www.youtube.com/watch?v=mKoCf338F5c&ab_channel=VideoSa%C3%BAdeDistribuidoradaFiocruz). Acesso em: 12 nov. 2021



trabalho abstrato (MARX, 2013) entendendo que, desde o princípio, o capitalismo produz sujeitos que precisam vender sua força de trabalho para garantirem a reprodução de suas vidas.

O surgimento de novas morfologias do trabalho, embutidas no processo de corrosão dos direitos trabalhistas, vem sendo analisado por diversos autores ao redor do globo. Pesquisadores da Geografia e da Sociologia do Trabalho brasileira como Antonio Thomaz Junior, Ricardo Antunes e Ludmila Costhek Abílio se debruçam sobre os estudos acerca do mundo do trabalho e da classe trabalhadora brasileira, nos fornecendo uma base para a compreensão das especificidades das recentes transformações da regulação do trabalho em nosso país, onde o mercado de trabalho se forjou (e ainda se forja) a partir de elementos coloniais, sendo marcado pela precarização e informalidade, tendo a estabilidade como algo efêmero.

Em seu artigo intitulado *Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado?* (2020), Ludmila Abílio analisa que o que ficou conhecido como uberização do trabalho consiste no espraiamento de uma precarização que se construiu, historicamente, nas periferias do capitalismo. A partir do desenvolvimento tecnológico, novos dispositivos de controle e exploração dos trabalhadores são criados, aprimorando os processos de dominação sobre a classe trabalhadora de forma globalizada. Nesse sentido, a autora destaca as formas de gerenciamento algorítmico, que culminaram na formação de um trabalhador *just-in-time* — que é mapeado a todo momento, precisa estar disponível ao máximo para o trabalho e é remunerado pelos exatos segundos em que realiza seu serviço. Nas palavras da autora,

Quando se constrói um olhar a partir da periferia o que fica evidente é que, na uberização, empresas-aplicativo conseguem subordinar massivamente e apropriar-se de forma organizada e produtiva de um autogerenciamento que é constitutivo do viver de trabalhadores e trabalhadoras periféricos. A real *vida loka* do trabalhador *motoboy* hoje está subsumida, controlada e gerenciada por algumas poucas empresas que conseguem ao mesmo tempo monopolizar os setores em que atuam e transformar as estratégias cotidianas dos que vivem permanentemente na precariedade em dados administrados, integrando de forma monopolizada e racionalizada o viver por um fio (CASTEL, 1998) à gestão (ABÍLIO, 2020, p. 24).

Entendemos que as formas de trabalho e a realidade social brasileira em muito se explicam pelo processo de desenvolvimento do capitalismo periférico e da formação de nossas cidades. Nesse sentido, recorreremos a leituras de Milton Santos para fundamentar o debate que pretendemos traçar acerca da urbanização brasileira, bem



como dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008) traçados pelo autor. Além disso, a partir de Oliveira (2003), compreendemos a forma com a qual, no Brasil, o moderno e o arcaico estão intimamente associados, o que se reverbera nas dinâmicas da vida social e nas formas de “atualização” de exploração da classe trabalhadora, que tem seus corpos submetidos a um processo de acumulação primitiva permanente (ABÍLIO, 2020).

Por estarmos traçando nossa reflexão em meio ao contexto pandêmico, destacamos aqui duas leituras que balizaram nosso entendimento do momento que vivemos: os *ebooks Trabalho sob fogo cruzado* (ANTUNES, 2020) e *A cruel pedagogia do vírus* (SANTOS, 2020). Em ambas as obras, os autores destacam o papel do atual estágio do capitalismo no aprofundamento da tragédia social em curso. Apesar de terem sido escritos no início da pandemia, os textos foram capazes de prospectar a realidade que se concretizou ao longo dos últimos meses.

Antunes (2020), através da perspectiva trabalhada por Mészáros (2002), pontua que o sistema capitalista é altamente destrutivo, incontrolável e dotado de um metabolismo antissocial. O autor sinaliza que esse modo de produção possui o objetivo único de reproduzir o capital, sem nenhuma responsabilidade social. Segundo o autor,

A produção social, que deveria atender às necessidades humano-sociais, subordinou-se integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital. Entre outras consequências devastadoras para a humanidade, podemos citar o desemprego monumental, a destruição ambiental, a “mercadorização” da vida e o incentivo diário a novas guerras e conflitos armados. Isso tudo nos trouxe a um quadro pandêmico que amplifica ainda mais o sentido letal do sistema de capital (ANTUNES, 2020, s.p.)

Já o texto de Santos (2020) apresenta dois momentos importantes para a nossa reflexão. O primeiro é a constatação de que o advento do neoliberalismo em escala global culminou no desenvolvimento de uma crise permanente, que já revela suas feições há cerca de quatro décadas. O autor afirma que o objetivo desta crise permanente é o de não possuir uma solução, e continua:

Mas qual é o objectivo deste objectivo? Basicamente, são dois: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos. Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade. Em muitos países, os serviços públicos de saúde estavam mais bem preparados para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos do que estão hoje. (SANTOS, 2020, p.6)



O segundo momento que nos interessa em tal leitura é quando o autor reflete acerca da necessidade do isolamento social como forma de proteção contra o vírus causador da Covid-19 e as diferentes possibilidades de se praticar (ou não) uma quarentena. Boaventura logo afirma que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população” (Ibid., p. 15). O autor volta seu olhar para o que denomina como Sul da quarentena, um “espaço-tempo político, social e cultural” (loc. cit.) que representa a “metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual” (loc. cit.).

Dentre aqueles que se encontram no Sul da quarentena, Santos menciona três perfis que atravessam o grupo composto pelos entregadores vinculados a plataformas digitais: os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos; os trabalhadores da rua; e os moradores das periferias. Estes três atravessamentos nos sugerem algumas das dificuldades enfrentadas ao longo da pandemia, como a impossibilidade de praticar o isolamento social, a necessidade de permanecer nas ruas e manter contato com outras pessoas, além dos problemas socioespaciais que são estruturais nas periferias e tornam qualquer ameaça viral mais potente nesses espaços. Trazendo, novamente, as palavras do autor: “a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele” (Ibid., p.21).

As contribuições teóricas aqui mencionadas nos auxiliam na compreensão de que o processo de degradação sistêmica do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2019) é fruto de décadas de desmonte das proteções sociais, impulsionadas por uma agenda neoliberal que se impôs em escala global. A pandemia de Covid-19 agravou, desnudou e tensionou os impactos deste processo, relegando à classe trabalhadora uma situação de fogo cruzado “entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade” (ANTUNES, 2020, s.p.). Numa perspectiva geográfica, entendemos que a produção do espaço urbano deve ser vista como um aspecto central para o entendimento do mundo do trabalho nas metrópoles, bem como para a



compreensão da disseminação do coronavírus e das desigualdades socioespaciais que são responsáveis pelos índices de contaminação e letalidade.

Nesse sentido, as noções de produção (social) do espaço (social), encontradas em Lefebvre (1974), também são essenciais para a fundamentação de nossa pesquisa. A tríade formada pelas práticas espaciais, representação do espaço e espaços de representação, apontada pelo autor para a compreensão do processo de produção do espaço, nos auxilia na identificação e na mobilização das dinâmicas do cotidiano e dos processos de dominação e apropriação que envolvem a reprodução da vida social. Além disso, o olhar de Lefebvre a partir do possível-impossível, lança uma luz acerca das possibilidades da produção de um espaço verdadeiramente apropriado, que emerge a partir da luta pelo espaço e encontra sentido na perspectiva do direito à cidade. Pensamos que os recentes movimentos dos entregadores, que ganharam centralidade durante a pandemia, podem ser pensados a partir de tal perspectiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por ser parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, este trabalho está amadurecendo suas discussões e construindo seus resultados. Compreendemos, através do nosso referencial teórico, que a atividade dos entregadores, suas condições de trabalho e suas experiências no espaço urbano reproduzem relações contraditórias do atual estágio do capitalismo, bem como do processo de (re)produção do espaço. Atualmente, diversas pesquisas estão sendo desenvolvidas acerca dessa atividade profissional e elas confirmam alguns dos aspectos contraditórios na medida em que revelam dados importantes sobre o perfil social dos trabalhadores, bem como sobre a superexploração a qual estão submetidos.

Uma pesquisa desenvolvida pelo Projeto Caminhos do Trabalho, vinculado à Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, produziu, através da aplicação de questionário online, um levantamento acerca do trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil<sup>10</sup>. As informações obtidas através dos entregadores

---

<sup>10</sup> A pesquisa se baseou na aplicação de um questionário *online* que foi respondido por 103 entregadores de 38 cidades, em 19 estados, das 5 regiões brasileiras. O *link* para o preenchimento do questionário foi divulgado nas redes sociais e as respostas foram recebidas entre os dias 26 e 31 de julho de 2020. O relatório da pesquisa está disponível em: < <http://abet->



respondentes permitem traçar um perfil social destes sujeitos que são, em sua maioria, homens (95%), negros (59,2%) e jovens de até 30 anos de idade (56,5%). O levantamento também constatou que, dentre os entregadores respondentes, 71,8% exerce a atividade há no máximo um ano, sendo que 30,7% iniciou na profissão durante a pandemia.

Apesar de serem apontados pelas empresas como prestadores de serviços autônomos, a pesquisa mostrou que 76,7% dos respondentes têm as entregas por aplicativos como ocupação principal. Dentre os entregadores que possuem as entregas como única fonte de renda (69,9%), foi traçada uma média da jornada de trabalho, que apontou para 10,4 horas/dia e 6,2 dias/semana, totalizando uma jornada de cerca de 64,5 horas de trabalho semanais.

De acordo com os dados da pesquisa, antes da pandemia 34,1% dos trabalhadores consultados possuíam rendimento por horas trabalhadas menores que o do salário-hora mínimo. Durante a pandemia, essa variável aumentou para 51,7%. Quando foram indagados sobre suas percepções acerca de mudanças nos valores das tarifas durante a pandemia, 52,2% dos entregadores relataram terem percebido uma diminuição dos valores repassados a eles nesse período.

Tais dados vão de encontro com as sistematizações de um estudo da REMIR, publicado em junho de 2020 por Abílio e colaboradores<sup>11</sup>. A pesquisa também se baseou na aplicação de um questionário online a entregadores de diferentes partes do Brasil e teve como objetivo fazer um levantamento acerca das condições de trabalho desses sujeitos durante a pandemia. Os resultados apontaram para a manutenção de longas jornadas de trabalho associada a uma queda no rendimento dos trabalhadores. Por outro lado, o relatório da pesquisa apontou para um aumento na demanda pelas empresas/plataformas de delivery no cenário pandêmico, que se materializou através no aumento dos downloads e pedidos realizados diariamente através dos aplicativos.

No que diz respeito à distribuição de equipamentos de proteção por parte das empresas, a pesquisa da REMIR aponta que 57,7% dos entregadores entrevistados não

---

[trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf](http://trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf)>. Acesso em 12 nov. 2021.

<sup>11</sup>A pesquisa obteve 298 respostas de entregadores de 29 cidades brasileiras. A divulgação do questionário também ocorreu por meio das redes sociais e as respostas foram recebidas entre os dias 13 e 27 de abril de 2020. Os resultados foram divulgados por meio do artigo disponível em: <http://revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/74/37>. Acesso em 12 nov. 2021.



havam recebido nenhum apoio e, com isso, precisavam arcar com os custos da proteção por conta própria — o que se torna mais uma despesa contraída para o exercício do trabalho.

Para além dos aspectos diretamente relacionados ao trabalho em plataformas digitais, pudemos perceber, com base na leitura e na análise de pesquisas realizadas pelo IPEA, como a pandemia de Covid-19 refletiu desigualdades pré-existentes e revelou suas consequências, tanto em termos de sobrevivência física, como nas condições e formas de reprodução da vida. Compreendemos que a intensificação da precarização do trabalho e a busca pelas ocupações mais precarizadas são resultado do movimento de crise estrutural do capital, que recai sempre, de forma mais acentuada, sobre as populações historicamente mais vulneráveis socioeconomicamente. Nesse sentido, entendemos que o mercado de trabalho é um dos aspectos que evidencia problemas sociais estruturais de nossa sociedade. Através dos índices de (des)ocupação, informalidade e desalento, podemos perceber quem são as pessoas que estão sentindo os impactos das crises de forma mais severa.

A nota técnica *Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: Ampliação de Desigualdades já Existentes?*, publicada em julho de 2020 pelo IPEA, aponta que, apesar da pandemia afetar globalmente a economia e o mercado de trabalho, existe uma “heterogeneidade significativa do impacto da crise no que diz respeito tanto às características individuais dos trabalhadores quanto às suas posições ocupacionais, contratos de trabalho e seus vínculos e contratos de trabalho” (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020, p. 55). A metodologia utilizada pelos autores se baseou na desagregação de dados trimestrais da PNAD referentes ao trimestre no qual a pandemia começou, no intuito de compreender os impactos iniciais dessa crise. A nota concluiu que

os efeitos desta crise sobre o mercado de trabalho foram imediatos e afetaram de forma diferenciada os trabalhadores. Os mais afetados em termos de perda de ocupação foram as mulheres, os mais jovens, os pretos e os com menor nível de escolaridade. No que diz respeito aos postos de trabalho, destacam-se os trabalhadores com jornada parcial, informais e com menores salários entre os que tiveram perdas significativa (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020, p.61).

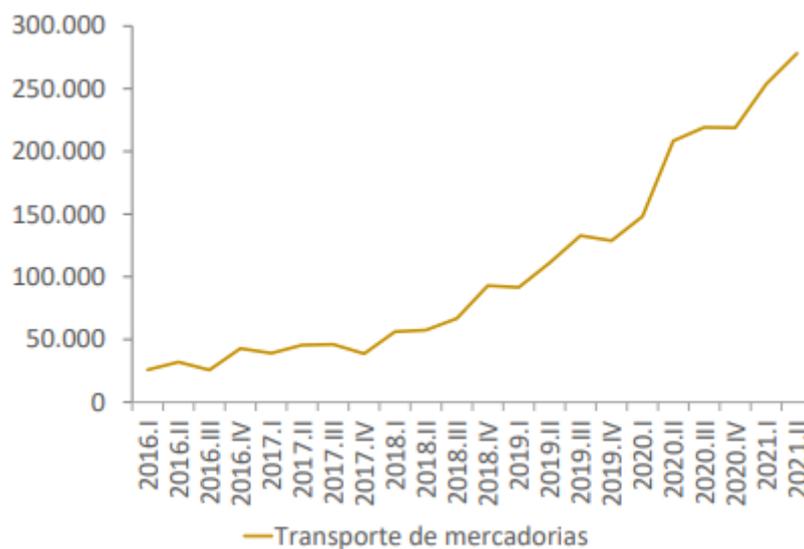


Em abril de 2021, os mesmos autores da nota citada acima publicaram um novo estudo em outra edição do *Boletim sobre o Mercado de Trabalho* do IPEA. Mantendo a metodologia de análise dos dados da PNAD, os pesquisadores concluíram que

Entre o primeiro e segundo trimestres de 2020, a pandemia se refletiu em um intenso aumento nas chances de sair da condição de ocupado para inatividade e redução das chances de conseguir um emprego. Ou seja, foi uma crise marcada pela forte retração tanto da oferta quanto da demanda de trabalho. Tais movimentos levaram a taxa de ocupação a patamares sem precedentes no mercado de trabalho brasileiro (COSTA et al., 2021, p. 69).

Essas conclusões ficam evidentes quando analisamos o rápido espraiamento de formas de trabalho precarizadas, como é o caso do trabalho com entregas por aplicativos. O gráfico abaixo foi retirado de uma Carta de Conjuntura intitulada *A gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte*, que foi publicada em outubro de 2021 pelo IPEA. Ele se refere ao aumento do número de pessoas ocupadas no setor de transporte de mercadorias “por conta própria” no Brasil e revela uma curva de crescimento muito acentuada, principalmente a partir de 2018 e com dois momentos de intenso crescimento durante a pandemia.

**Gráfico 1 - Evolução do número de pessoas ocupadas no setor de transporte de mercadorias no regime de conta própria (em número de pessoas)**



FONTE: (GOÉS; FIRMINO; MARTINS, 2021, p. 9)



Segundo o texto, que também se baseou em dados da Pnad,

Os dados da PNAD Contínua mostram que, ao longo de 2016, aproximadamente 30 mil pessoas responderam estar ocupadas no setor. Entre os trimestres de 2017 e 2018.II, tem-se um primeiro ciclo de crescimento, levando esse número de trabalhadores para cerca de 45 mil. A partir de 2018.III em diante, há uma mudança no ritmo de crescimento das pessoas ocupadas em transporte de mercadorias, atingindo o ápice em 2021.II, com 278 mil trabalhadores nessa atividade. Vale destacar que, apesar de se observar um período de estabilidade no final de 2020, os resultados de 2021 apontam uma retomada no crescimento do número de pessoas ocupadas no setor de transporte de mercadorias, indicando o ponto de máximo destacado anteriormente (GOES; FIRMINO; MARTINS, 2021, p.9).

Em abril de 2021, a Fiocruz divulgou um documentário no *Youtube* que foi fruto de um do projeto interinstitucional de pesquisa e extensão chamado *Saúde e direitos dos trabalhadores em tempos de plataformas digitais: um olhar sobre a atividade*, realizado em parceria entre a Ensp/Fiocruz, a UFRJ e a UFF. O curta traz diálogos com entregadores de mercadorias e motoristas vinculados a aplicativos e aborda temas como o cotidiano, a saúde e a segurança dos trabalhadores. Como não conseguimos realizar entrevistas até o momento da escrita deste texto, trouxemos abaixo relatos que aparecem no vídeo de dois entregadores da cidade do Rio de Janeiro, um homem e uma mulher, que mostram, através da experiência prática, um pouco do que abordamos até aqui neste texto.

Ao refletir sobre os riscos aos quais é exposto em contradição com a (des)valorização do seu trabalho, o ciclista, entregador por aplicativos e membro do grupo Entregadores Antifascistas, C.R.<sup>12</sup>., nos fala que

A sociedade brasileira é uma sociedade com estrutura escravista. Essa é a realidade. O entregador, ele é visto pela sociedade como um prestador de serviços, mas ele não é valorizado. Por exemplo, no Rio de Janeiro, eu tenho algumas entregas no particular que eu vou fazer, eu peço o meu preço que eu acho que é justo de eu pedir, a pessoa reclama, a pessoa acha que tá caro. Só que ela acha que tá caro, e ela não pensa que assim, pô, eu tô me expondo realmente à insalubridade, tem vezes que a gente pedala debaixo de chuva, ou tem vezes que a gente pelada debaixo de um Sol escaldante no asfalto, a gente ta correndo esse risco de ser contaminado pelo corona. Então, assim, tem vários fatores, que as pessoas não percebem a importância do trabalho e o risco que a gente tá passando (C.R., Ciclista - Entregadores Antifascistas)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Optamos por deixar apenas as iniciais dos entregadores para evitar quaisquer problemas com a exposição de seus nomes.

<sup>13</sup> Esta fala aparece entre os minutos 2:18 e 3:03 do vídeo.



Na sequência, o vídeo nos apresenta a fala de L.R., que também é ciclista, entregadora por aplicativos e membra do grupo Entregadores Antifascistas. Ela expõe:

Essa romantização que a mídia faz do nosso trabalho... Porque não é um trabalho que as pessoas estão recebendo alguma coisa digna para estarem fazendo. Sabe? É um trabalho que a gente realmente é explorado todos os dias pela plataforma. Às vezes o cliente paga R\$10,00 de taxa de entrega e vem R\$4,00 para a gente, R\$5,00... Então, assim, é muito absurdo. A gente basicamente tá pagando para trabalhar. A gente não recebe o mínimo para conseguir se sustentar e se manter (L.R., Ciclista - Entregadores Antifascistas)<sup>14</sup>.

Mais a frente, sua fala continua

Nesse período de pandemia principalmente as coisas se agravaram... Como a maioria das pessoas tá desempregada no nosso país, a gente tá tendo muita dificuldade porque muitas pessoas também estão entrando nos aplicativos para poder trabalhar, porque estão pensando nisso como sua única fonte de renda nesse momento pra poder conseguir algum sustento. E quanto mais pessoas se cadastram no aplicativo, menos entrega tem porque não tem a mesma demanda, que é assim que o sistema capitalista funciona. Então, conseqüentemente também, diminui o preço do valor das entregas que a gente recebia. Então, isso também tá prejudicando bastante... Assim, eu trabalhava geralmente antes 10 horas por dia, agora eu tô trabalhando cerca de 14 horas por dia pra poder compensar o que eu ganhava antes, que era basicamente o que eu ganhava pra sobreviver, agora eu tô tendo que trabalhar mais pra conseguir ganhar a mesma coisa. Então, está sendo bem prejudicial, eu emagreci cerca de 10kg nessa pandemia por conta do trabalho... Afetou muito minha saúde mental, física, tudo... (L.R., Ciclista - Entregadores Antifascistas)<sup>15</sup>.

Os dados e as falas aqui apresentados revelam como as problemáticas que envolvem o trabalho de entregas por aplicativos já eram latentes antes da emergência da pandemia de Covid-19. O aumento do número de entregadores disponíveis para o trabalho e a constatação da queda na remuneração desses trabalhadores nos demonstram a forma através da qual as empresas se aproveitam de momentos de crise para rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho. Em paralelo, a falta de garantia da oferta de equipamentos de proteção (máscaras e álcool) se tornou mais um custo para esses trabalhados trabalhadores que foram considerados, desde o início da pandemia, como essenciais, mas não foram valorizados como tal. Além disso, ao observarmos o perfil dessa categoria de trabalhadores, percebemos que coincide com o perfil dos sujeitos que mais foram afetados, no que tange o acesso ao emprego, durante a pandemia.

<sup>14</sup> Esta fala aparece entre os minutos 3:07 e 3:31 do vídeo.

<sup>15</sup> Esta fala aparece entre os minutos 16:10 e 17:10 do vídeo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros meses da pandemia, Judith Butler refletiu sobre o impacto das desigualdades sociais sobre uma crise sanitária. Nas palavras da autora,

A desigualdade social e econômica garantirá a discriminação do vírus. O vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo. Parece provável que passaremos a ver no próximo ano um cenário doloroso no qual algumas criaturas humanas afirmam seu direito de viver ao custo de outras, reinscrevendo a distinção espúria entre vidas passíveis e não passíveis de luto, isto é, entre aqueles que devem ser protegidos contra a morte a qualquer custo e aqueles cujas vidas são consideradas não valerem o bastante para serem salvaguardadas contra a doença e a morte (BUTLER, 2020)<sup>16</sup>

Após quase dois anos, a análise da autora se confirma. Durante todo o período pandêmico, os dados oficiais nos revelaram o perfil das pessoas mais atingidas pela doença, inclusive de forma fatal, perfil este que coincide com o perfil dos trabalhadores mais precarizados. Tal reflexão nos faz perceber que as condições de trabalho e de reprodução da vida são determinantes para o enfrentamento da pandemia.

Em meio ao escancaramento das desigualdades sociais e das perversidades inerentes ao capitalismo plataformizado, o ano de 2020 foi marcado pela organização e pelo início dos processos de luta dos entregadores vinculados aos aplicativos. Pôde-se acompanhar o surgimento de organizações de entregadores por todo Brasil (e internacionalmente), como é o caso dos grupos de “entregadores antifascistas”, em diversos estados brasileiros, e da cooperativa “desprotonados”, no Rio de Janeiro.

Muitas são as dificuldades enfrentadas no processo de organização desses trabalhadores: ausência de espaço de trabalho fixo, ausência de convívio diário entre os trabalhadores, controle extremo das plataformas e bloqueios impostos aos trabalhadores organizados. Apesar disso, os grupos de entregadores construíram duas grandes greves em 2020 os - “breques dos apps” -, que deram visibilidade às suas condições de trabalho e reivindicações. Entendemos que as insurgências dos trabalhadores precarizados são a base para a construção de novos modos de vida. Nesse sentido, buscamos lançar um olhar atento para seus processos de luta.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>. Acesso em 12 nov. 2021.



Assim, concluímos este texto com a fotografia abaixo, que foi registrada no dia 07 de setembro de 2021, no ato do Grito dos Excluídos, na região central da cidade do Rio de Janeiro. Compreendemos que as manifestações de rua consistem em uma forma de apropriação do espaço e que os processos de luta são, também, produtores do espaço. Nesse sentido, reiteramos uma ideia que ganhou as ruas nas manifestações que aconteceram no Brasil nos anos de 2020 e 2021: se uma população está indo se manifestar durante uma pandemia, isso significa que o problema está muito além da pandemia em si.

### IMAGEM 1 – Entregadora por aplicativos no ato do Grito dos Excluídos



FONTE: acervo próprio (Rio de Janeiro, 07 de setembro de 2021)

### REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.



ABÍLIO, L. C. Colapso ou atualidade do empreendimento colonial?. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 18-19, jan. 2020.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v.69, p. 55 - 63, Julho 2020.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. H.; HECKSHER, M. Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia de Covid-19. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 71, p. 59 - 70, Abril 2021.

DRUCK, G. A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 49, p. 11 - 34, 2021.

GOÉS, Geraldo; FIRMINO, Antony; MARTINS, Felipe. Carta de Conjuntura - Mercado de Trabalho: A gig economy no Brasil - uma abordagem inicial para o setor de transporte. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [s. l.], p. 1-14, 7 out. 2021.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mészáros, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002

OLIVEIRA, C. **Crítica à razão dualista: o ornotorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, K. *et al.* Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 36, ed. 12, p. 1-14, 2020.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

THOMAZ JUNIOR, A. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). **Terra Livre**, São Paulo, ano 34, v. 1, n. 52, p. 234 - 277, 2019.